



VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública

ISSN: 2594-5688

Sociedade Brasileira de Administração Pública

ARTIGO

RELAÇÃO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) NO MERCADO DE TRABALHO MUNICIPAL

**WESLEY DE ALMEIDA MENDES, WANDERSON DE ALMEIDA MENDES, MARCONI SILVA
MIRANDA**

GT 2 ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública, Brasília/DF, 3 a 5 de novembro de 2021.
Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP)
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP)
Brasil

Disponível em: <https://sbap.org.br/>

RELAÇÃO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI) NO MERCADO DE TRABALHO MUNICIPAL

Resumo: Este estudo tem por objetivo analisar a relação do ProUni com o nível de emprego nos municípios brasileiros. Para tanto, considera-se que o ensino é um importante instrumento para a quebra da pobreza intergeracional e o ensino superior, em específico, possui maior influência no mercado de trabalho e na geração de renda das famílias. Utilizou técnicas de dados em painel com efeitos fixos e testes de médias para identificar a relação das áreas dos cursos e das bolsas do programa para o nível de emprego. Os resultados encontrados indicam que municípios com beneficiários do programa houve crescimento do emprego de nível médio, enquanto para nível superior seus valores foram semelhantes aos municípios sem beneficiários. Embora não seja possível dizer que o emprego aumentou devido o programa, a existência do ProUni influenciou e facilitou que indivíduos com renda familiar mais baixa ingressassem no ensino superior e se capacitassem para o mercado.

Palavras chave: ProUni; Trabalho; Educação.

1 INTRODUÇÃO

Dentre os principais elementos de desenvolvimento de uma nação encontra-se a capacidade de ascensão social, determinada, de acordo com a literatura, pelo estoque de capital humano. Esse, por sua vez, tem na educação o elemento de capitalização, isso porque a educação tem por consequência a expansão das capacidades dos indivíduos, através do seu preparo para o exercício da cidadania, sua qualificação para o trabalho, sua libertação e esclarecimento para melhor compreender o contexto em que se vive, tornando-se uma importante dimensão de promoção do desenvolvimento (SEN, 2010) e uma área para atenção da gestão pública.

Destaca ainda a importância da educação como uma condição de herança, uma vez que a educação dos pais, em especial a mãe, tem influência no nível educacional dos filhos. Investir em políticas públicas para a educação, neste caso, torna-se um caminho para quebrar esse ciclo intergeracional da pobreza, em que amplia-se as oportunidades para pessoas com menor renda ingressar no campo acadêmico.

Trabalhos como de Garcia e Hillesheim (2017), Zimmermann e Espínola (2015) e Silveira e Shneider (2017) apontam a educação como o elemento central de promoção humana e quebra do ciclo da pobreza, destacando a importância de políticas públicas que visam, não somente o acesso à educação, mas condições para uma educação de qualidade para a redução da pobreza.

Apesar de sua importância para o desenvolvimento, a educação, em especial a educação superior no Brasil, por muitos anos foi tratada como uma formação restrita à elite, tendo sua popularização após a década de 1970 (BARREIRO e TERRIBILI FILHO, 2007).

Contudo, seu acesso, ainda vista como uma oportunidade de ascensão social pelo conteúdo acadêmico e como uma forma de melhorar a inserção no mercado de trabalho melhor remunerado, sua democratização ainda não foi efetivada, tendo em vista as limitações de vagas das instituições de ensino superior públicas e os valores elevados dos cursos de instituições particulares, dificultando principalmente o acesso de pessoas de baixa renda.

Considera-se ainda a dificuldade de um indivíduo de menor renda em progredir profissionalmente e financeiramente devido à sua qualificação profissional. Públicos específicos, como os jovens, possuem maior dificuldade em ingressar no mercado de trabalho (REIS, 2015; BULGACOV, CUNHA, *et al.*, 2010), muitas das vezes devido à falta de qualificação profissional ou pela inexperiência (REIS, 2015). Assim, além do aspecto da expansão do conhecimento, o ensino superior garante, por meio de uma formação acadêmica e profissional, o direcionamento para o mercado de trabalho.

No estudo de Sachsida, Loureiro e Mendonça (2004), um indivíduo brasileiro com menor escolaridade tem menor propensão em investir em educação, visto sua baixa expectativa na obtenção de retornos na educação. Por outro lado, de acordo com os autores, indivíduos com maior escolaridade possuem maior interesse em investir em educação visto os retornos que adquiriram e as expectativas que possuem por receber mais.

Nesse sentido, ao confrontar tais resultados com os de Garcia e Hillesheim (2017), Zimmermann e Espínola (2015) e Silveira e Shneider (2017) que apontam a importância da educação para a quebra da pobreza, nota-se a necessidade da interferência do Estado para incentivar e ampliar o acesso à educação.

Políticas públicas de acesso ao ensino superior foram estudadas por diversos pesquisadores, entre eles Griner, Sampaio e Sampaio (2015) e Barreiro e Terribeli Filho (2007) que buscaram verificar o acesso ao ensino superior e discutem sobre a necessidade do interesse público na ampliação deste acesso, a fim de democratizar o ensino superior no Brasil.

A fim de facilitar o acesso ao ensino superior para famílias com rendas mais baixas, bem como garantir a independência financeira e profissional destas pessoas, o governo Federal criou o Programa Universidade para Todos (ProUni), em 2005, que consiste em um programa de distribuição de bolsas de estudos parciais ou integrais para pessoas que estudaram o ensino médio em escolas públicas ou privadas como bolsistas, com renda familiar *per capita* de até 3 salários mínimos, para que possam cursar o ensino superior em instituições privadas.

Estudos, como os Bezerra e Tassigny (2018) e Felicetti e Cabrera (2018) encontraram evidências de que o ProUni tem facilitado o acesso de população de menor renda no ensino superior. Enquanto Saraiva e Nunes (2011), Amaral e Oliveira (2011) e Gomes, Tavares e Moraes (2012) buscaram examinar os impactos do ProUni na vida dos beneficiários do programa, considerando a facilidade do acesso e, como resultados, encontrou diversas críticas quanto à execução do programa que, apesar de sua proposta positiva, seus resultados são questionados quanto à sua eficácia.

Neste sentido, torna-se importante verificar a relação entre o ProUni e o mercado de trabalho, se o programa houve relevância para nos níveis de emprego e nos municípios que obtiveram alunos beneficiários pelo programa de forma a identificar qual a influência no nível local o programa providenciou.

Assim, considerando que há dificuldades de acesso ao ensino superior por famílias com renda familiar baixa e este nível de ensino tem relação com o nível de emprego e renda familiar, questiona-se: Há influências do Programa Universidade para Todos na relação do emprego nos municípios contemplados pelo programa?

Têm-se por objetivo identificar se há diferenças positivas entre os municípios contemplados pelo programa frente àqueles não contemplados, referentes à média de emprego geral e, principalmente, entre o público com ensino superior completo e incompleto. De forma específica, pretende-se (1) observar se há aumento da média de emprego mais qualificado nos municípios contemplados pelo programa em períodos de crise; (2) verificar se a distribuição das áreas dos cursos ao longo dos municípios brasileiros possui relação com a variação do emprego.

2. REFERENCIAL

2.1 A educação como forma de ascensão econômica e social

O desenvolvimento consiste em um termo complexo, que associa diferentes abordagens e dimensões. No início era tratado como uma novidade (CAIDEN e CARAVANTES, 1982). Mais tarde o desenvolvimento recebeu um caráter econômico e relacionaram à capacidade da região em produzir riquezas.

Contudo, algumas discussões surgiram por tratar uma região como desenvolvida apenas pelo aspecto financeiro, sendo necessário adotar medidas que verificam condições sociais que apontam uma melhor capacidade de vida da sociedade.

Nesse sentido, o desenvolvimento deve ser considerado como uma abordagem multidimensional, relacionando saúde, educação, renda, segurança, moradia, entre outras, capazes de atender as diversas áreas sociais e econômicas de uma região Sen (2010).

A educação, de forma específica, corresponde um campo de importância dentro do processo de desenvolvimento de uma região. Tratado como um caminho estratégico por alguns países, visto a ampliação do capital humano utilizado não somente para o processo produtivo, mas na construção de nações mais conscientes de seus papéis na sociedade.

A educação ganha importância ao se relacionar com a pobreza dos indivíduos. Considera-se pobreza não somente a falta de renda, mas a privação de oportunidades, como saúde, educação e liberdade política, como é descrita por Sen (2010). O aumento da educação influencia no capital humano, amplia a chance da inserção no mercado de trabalho, do processo produtivo e da renda do indivíduo (OSPINA, 2015).

A educação ganha importância ainda quando nota-se sua interferência hereditária. Em outras palavras, as descendências de pessoas menos escolarizadas tornam-se pessoas menos escolarizadas e com menor renda. Destaca ainda que, pessoas com menor renda e menor escolaridade tem menor propensão em investir na educação, dificultando ainda mais a possibilidade de saída de condições menos favoráveis da sociedade (SACHSIDA, LOUREIRO e MENDONÇA, 2004). Deve-se atentar que o investimento na educação, para quebra do ciclo de pobreza não deve ocorrer somente no acesso, mas na qualidade de ensino e aumento de oportunidades para essas pessoas, como apontam Garcia e Hillesheim (2017), Zimmermann e Espinola (2015) e Silveira e Shneider (2017), ao estudarem o programa bolsa família.

2.2 O ensino superior no Brasil

O histórico do ensino superior no Brasil é marcado pela exclusão das classes mais baixas, sendo apenas as elites governamentais, família imperial e grandes proprietários de riquezas, permanecendo até a década de 1970, quando iniciou um processo de disseminação do acesso ao ensino superior (BARREIRO e TERRIBILI FILHO, 2007).

O acesso, porém, continua restrito, onde alunos que cursaram o ensino médio em instituições privadas, de melhor qualidade, ingressam em universidades públicas, enquanto àqueles que cursaram o ensino médio em instituições públicas, com maiores dificuldades financeiras e estruturais, são forçados à procurar o ensino superior em instituições privadas, que na maioria das vezes são determinadas pela lógica de mercado, pela maior “produtividade” e redução de custos (GRINER, SAMPAIO e SAMPAIO, 2015).

Apesar das discussões, apenas a partir da década de 1990 iniciaram as primeiras políticas públicas para facilitar e democratizar o acesso às universidades, através de políticas afirmativas (BARREIRO e TERRIBILI FILHO, 2007; SARAIVA e NUNES, 2011).

A partir da década de 2000, o governo federal iniciou um processo de reforma universitária, com objetivo de ampliar o acesso universitário nas instituições públicas e privadas, bem como a melhoria da qualidade para este nível de estudo (CATANI, HEY e GILIOLI, 2006). Em 2004, como principal política dentro desse processo de reforma universitária, o Governo Federal inicia uma articulação para implantação de uma política de ampliação do acesso ao ensino superior em instituições privadas, denominada Programa Universidade para Todos, sendo implantada em janeiro 2005 pela lei federal 11.096, que concede bolsas de estudo, integrais e parciais (50%) para alunos com renda de até 3 salários mínimos familiar per capita que estudaram o ensino médio em escolas públicas ou em escolas particulares como bolsistas integral (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017).

Muitas críticas surgiram devido a implantação do programa, como Catani, Hey e Gilioli (2006) que alegam que o programa foi implantado devido um lobby dos representantes de instituições de ensino superior (IES) privadas sobre o governo para beneficiamento destas instituições, bem como um programa falho, sem transparência por parte do MEC quanto à escolha das IES, o que pode gerar uma falsa ideia de democratização deste ensino.

Saraiva e Nunes (2011) identificaram, após um período de implantação do programa, sua efetividade e, embora o programa tenha gerado impacto na vida dos cidadãos beneficiários, ampliando o acesso ao ensino superior por parte da população menos favorecida financeiramente, o ProUni cria um incentivo à proliferação de instituições privadas em detrimento da ampliação do acesso em IES públicas.

Felicetti, Cabrera e Morosini (2014) não criticam o programa e, assim como Saraiva e Nunes (2011), observaram que indivíduos beneficiários do programa tiveram maior facilidade de acesso ao emprego e melhoria da renda.

2.3 Mercado de trabalho

A ampliação do acesso ao ensino superior não restringe apenas ao contexto social e de auto realização individual, mas em um campo econômico, de expansão das capacidades humanas e do desenvolvimento econômico, por meio dos avanços tecnológicos e do conhecimento. Parte de uma estratégia do governo para melhorar a competitividade internacional. Diante deste cenário, o ensino superior é visto como um caminho de melhorar a qualificação profissional e facilitar o acesso do indivíduo no mercado de trabalho, bem como o crescimento de sua renda. Para Felicetti, Cabrera e Morosini (2014), embora seja direito à um trabalho digno para o indivíduo, a falta da qualificação e formação profissional pode dificultar ou impedir o acesso ao mercado de trabalho.

Conforme Catani e Hey (2007), antes o ensino fundamental e médio eram essenciais para o mercado de trabalho, contudo, a partir da década de 1990, houve uma ruptura desse sistema e a necessidade de um curso superior para ingresso no mercado de trabalho tornou-se cada vez mais necessário. Os autores ainda argumentam que o avanço da exigência de uma qualificação profissional maior, amplia a demanda para cursos de nível ainda mais elevado, como os de pós-graduação. Para Vidigal e Vidigal (2012) a qualificação profissional amplia a possibilidade do cidadão adquirir novos cargos, melhores salários e maior estabilidade, por outro lado, uma mão-de-obra qualificada pode gerar maiores ganhos para as organizações, maior capital intelectual e competitividade. Em consonância, Sen (2010) argumenta que a falta de investimentos sociais (educação e saúde) pode atrasar fortemente a economia dos países. Neste caso, o autor pontua mesmo com haja períodos com grandes crescimentos econômicos, a falta de investimento em saúde e na ampliação do capital intelectual (o avanço tecnológico e educacional dos cidadãos) pode não ser suficiente para seja mantido o processo de crescimento econômico e social.

O investimento em políticas públicas de promoção da qualificação profissional tornou um foco no contexto brasileiro, considerando uma lógica na ampliação da produtividade e crescimento da economia (DEITOS, LARA e ZANARDINI, 2015). Políticas como do Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) e o próprio ProUni obtiveram o objetivo de ampliar a capacidade técnica do indivíduo e tornar capaz de ingressar no mercado de trabalho, ampliar sua renda e possibilitar um crescimento social.

Para Social (2015) e Deleitos, Lara e Zanardini (2015) a educação deveria ser vista além da lógica do mercado, para integralizar mão de obra, mas um instrumento de transformação do ser humano no contexto social, em sua liberdade frente à um aparato produtivo. Por outro lado, como descreve Sen (2010), a educação amplia as oportunidades do ser humano, suas liberdades e possibilidade de tomar decisões no mundo, reconhecendo seu lugar no mundo e se posicionando, além da sua capacidade produtiva ampliada, tornando capaz de se posicionar no

mercado de trabalho. Neste sentido, nota-se que a qualificação profissional e, no caso específico, o acesso ao ensino superior, possui grande relevância além do aspecto pessoal e motivacional, mas no quesito econômico de um país, influenciando sua competitividade e capacidade de expandir seu conhecimento.

2.4 Desigualdades regionais

Dentro do contexto brasileiro, é possível encontrar regiões com elevado nível de desenvolvimento, enquanto há regiões com forte vulnerabilidade social. Além disso, dentro de cada região é possível encontrar municípios com realidades distintas e nível de desenvolvimento mais complexos. Para Diniz (2002), esta relação de desigualdade no território brasileiro se inicia desde o histórico colonial. Para o autor, as diferenças na ocupação do território e, posteriormente na expansão industrial e do transporte nas regiões Sudeste e Sul, elevaram o nível de desigualdade frente as demais regiões.

Diversas ações tentaram minimizar essas diferenças entre regiões, contudo esses avanços não foram iguais para todas as regiões (ANDRADE, NORONHA, et al., 2013). De acordo com Lima e Sousa (2014), os níveis de educação e renda ainda permanecem desiguais, encontrando os piores resultados nas regiões Norte e Nordeste, enquanto encontra-se os melhores resultados no Sul e Sudeste. Assim, cabe-se compreender que a busca pela igualdade deve ser tratada pelo contexto focal, ou seja, pela busca de uma determinada dimensão, como a igualdade de oportunidades, com destaque nas discussões de políticas públicas que visa ampliar as oportunidades dos indivíduos a fim de expandir suas capacidades (SEN, 2012).

Para tanto, o presente estudo verifica a ampliação do acesso ao ensino superior como um meio de facilitar a entrada de pessoas com renda mais baixa e que estudaram em escolas públicas no ensino superior e, assim, expandir suas capacidades educacionais e facilitar seu ingresso no mercado de trabalho.

3 METODOLOGIA

3.1 Delimitação e coleta de dados

Para atender o objetivo proposto, serão consideradas as nomenclaturas dos grupos de cursos conforme a Classificação Internacional da OCDE 2009 (OCDE, 2009). (Ver Quadro 1).

Para o grupo Ciências sociais, negócios e direito, será desmembrado o subgrupo Comércio e administração, e para o grupo Engenharia, produção e construção, serão desmembrados os subgrupos Arquitetura e construção e Engenharia e Profissões Correlatas

Como variável dependente adotou-se a taxa de emprego formal para nível superior e a taxa de emprego formal para pessoas com nível superior incompleto, considerando que durante o curso é possível que aluno consiga se ingressar no mercado de trabalho.

Entende-se ainda que as áreas dos cursos não são os únicos formadores do nível de emprego do país, sendo assim, utilizou-se como controle o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, como proxy de desenvolvimento humano que buscará captar as variações de cunho social dentro dos municípios. Tal variável ainda capta a variação da mão-de-obra formal, ou seja, a dinâmica de formação de emprego. Além desta proxy, utilizou-se do PIB per capita como uma proxy de variação econômica, a fim de captar o contexto econômico como um influenciador da variação de emprego nos municípios.

Quadro 1: Matriz de variáveis independentes empregada e expectativa teórico

Variável	Descrição	Exp.	Fonte
----------	-----------	------	-------

Sup. Completo	Logarítmo natural da taxa de emprego formal com nível superior completo no município, calculado pela razão com número de empregos formais	Dep.	Rais/MTE
PIB	Logarítmo natural do produto interno bruto municipal, como proxy da capacidade econômica municipal	+	IBGE
Educação	Taxa de bolsas ofertadas para cursos da área de educação, calculado pela razão do número total de bolsas ofertadas	+	MEC
Hum. E artes	Taxa de bolsas ofertadas para cursos da área de humanidades e artes, calculado pela razão do número total de bolsas ofertadas	+	MEC
Ciências sociais	Taxa de bolsas ofertadas para cursos da área de ciências sociais, negócios e direito, retirando o subgrupo comércio e administração, calculado pela razão do número total de bolsas ofertadas	+	MEC
Comércio e adm.	Taxa de bolsas ofertadas para cursos do subgrupo comércio e administração, calculado pela razão do número total de bolsas ofertadas	+	MEC
Ciências, mat. E comp.	Taxa de bolsas ofertadas para cursos da área de ciências, matemática e computação, calculado pela razão do número total de bolsas ofertadas	+	MEC
Engenharia da produção e construção	Taxa de bolsas ofertadas para cursos da área de engenharia, produção e construção, retirando o subgrupo engenharia e profissões correlatas, e o subgrupo arquitetura e construção, calculado pela razão do número total de bolsas ofertadas	+	MEC
Engenharia e correlatas	Taxa de bolsas ofertadas para cursos do subgrupo engenharia e profissões correlatas, calculado pela razão do número total de bolsas ofertadas	+	MEC
Arq. e construção	Taxa de bolsas ofertadas para cursos do subgrupo arquitetura e construção, calculado pela razão do número total de bolsas ofertadas	+	MEC
Agr. E veterinária	Taxa de bolsas ofertadas para cursos da área de agricultura e veterinária, calculado pela razão do número total de bolsas ofertadas	+	MEC
Saúde	Taxa de bolsas ofertadas para cursos da área de saúde e bem-estar social, calculado pela razão do número total de bolsas ofertadas	+	MEC
IFDM	Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal como proxy de desenvolvimento e condições sociais, que captará as alterações sociais que influenciam a taxa de emprego.	+	Firjan

Fonte: elaborado pelo autor

3.2 Tratamento dos dados

Os dados serão tratados pelo modelo estatístico de regressão linear de dados em painel. Essa metodologia consiste na análise de dados para diferentes indivíduos ao longo do tempo. Fávero (2015) coloca esta característica como uma vantagem, tendo em vista a possibilidade de compreender a variação de fenômenos nos indivíduos e no tempo.

Pela sua característica, a análise de dados em painel possui ainda como vantagem o aumento do número de observações, redução da endogeneidade, multicolinearidade, aumenta os graus de liberdade e eficiência na análise e reduz os vieses que poderia resultar caso utilizasse modelos cross-section (GUJARATI e PORTER, 2011; CAMERON e TRIVEDI, 2009).

O modelo de dados em painel pode ser descrito, em sua forma básica pela Expressão 1.

$$\lnsup_{it} = \alpha_i + \beta'X'_{it} + u_{it} \quad (1)$$

Em que:

\lnsup_{it} é a taxa de emprego da população para nível superior para os i municípios para o ano t ;

α_1 é a Constante do modelo para cada estado i ;

β' é o coeficientes angular de cada variável a ser estimada;

X'_{it} é a matriz de variáveis dependentes para cada estado i e para o ano t ;
 u_{it} é o termo de erro do modelo

Gujarati e Porter (2011) retratam 4 modelos de regressões lineares em dados em painel: MQO com dados empilhados (*pooled data*); Modelos de mínimos quadrados com variáveis *dummies* para efeitos fixos; Modelos de efeitos fixos dentro de um grupo; e modelos de efeitos aleatórios.

A escolha do modelo mais adequado para a amostra a ser estudada deve ser verificada por testes estatísticos. Nesta pesquisa será utilizado o teste de F de Chow, Hausman e de Breush e Pagan para verificar a escolha entre o modelo mais adequado. A autocorrelação foi verificada pelo teste de Wooldridge e a homocedasticidade será pelo teste de Wald. Caso seja encontrado a existência de autocorrelação e de heterocedasticidade, as correções se deram pelo erros padrões robustos. A existência de endogeneidade através do teste de Durbin-Wu-Hausman.

Além da regressão em painel, realizou o teste T para médias para comparar o crescimento do emprego com pessoas em nível superior completo, incompleto, mestrado e doutorado. Realizou ainda o teste T para médias para verificar a variação entre o ano de 2006 (segundo ano do programa e ano inicial para os dados disponíveis) e o ano de 2013 (último ano com dados disponíveis para a maior parte das variáveis) a fim de verificar se realmente houve crescimento de emprego de nível superior nos municípios.

Para o teste de média, considerará as seguintes hipóteses:

H1: Houve aumento de empregos formais de nível superior nos municípios contemplados pelo programa;

H2: Nos municípios contemplados houve crescimento maior de emprego para pessoas com ensino superior completo e incompleto, comparado com outros municípios.

H3: Houve aumento de empregos formais nos municípios contemplados pelo programa maior que os não contemplados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Estatística descritiva

O Painel de dados descritivos foram compostos por um painel desbalanceado, com 37522 observações para 5072 municípios, em 8 anos, considerando os dados disponíveis para todas as variáveis. A estatística descritiva das variáveis encontra-se na Tabela 1.

Todas as variáveis foram tomadas em forma relativa e, apenas o IFDM, consiste em um índice, que tem como variação de 0 à 1. As demais variáveis também possuem esta escala, exceto o emprego per capita, que considera a quantidade de empregos formais registrados no município de trabalho e o PIB Per capita.

A taxa de emprego Per capita, possui variação acima de 1 emprego por pessoa por município uma vez que os dados disponíveis correspondem ao registro do empregador, ou seja, o local de trabalho do indivíduo e não o seu local de moradia. Neste caso, há pequenos municípios com empresas de grande porte e que emprega além do contingente populacional. Além disso, considera que, respeitando os limites legais, cada indivíduo pode obter mais de um registro formal.

O PIB Per capita, por sua vez, juntamente com o IFDM, demonstram, pelas suas amplitudes, a desigualdade entre os municípios brasileiros, em que há municípios com menos de 1 real per capita do PIB e com valores de desenvolvimento humano considerados como muito baixo.

Tabela 1: Estatística descritiva

Variável	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Médio completo	0.371894	0.134038	0.01	1
Superior completo	0.123976	0.079781	0	0.99
Emprego pc	0.134222	0.109725	0.00042	2.84
Administração	0.251343	0.275683	0	1
Agro	0.019405	0.084898	0	1
C. Sociais, Neg. e direito	0.04855	0.129479	0	1
C. Mat e Computação	0.069639	0.14866	0	1
Arquitetura e construção civil	0.022415	0.084131	0	1
Educação	0.075844	0.164182	0	1
Engenharia correlatas	0.028428	0.089397	0	1
Engenharia de produção e construção	0.011376	0.056711	0	1
Humanidades e Artes	0.14672	0.214188	0	1
Saúde	0.142441	0.220181	0	1
Serviços	0.00955	0.057926	0	1
IFDM	0.611934	0.121055	0.16	0.92
Pib Per Capita	1.261.816	1.566.648	0.04	777.1
Cotas	0.417744	0.374878	0	1

Fonte: Dados da pesquisa

4.2 A influência do ProUni sobre o emprego

Foram realizadas 6 regressões para identificar a variação do emprego com ensino superior completo, sendo um no Brasil e outras 5 referentes à cada uma região brasileira. Os testes apontaram o modelo com efeitos fixos o mais adequado. Foram detectadas autocorrelação e heterocedasticidade nos resíduos, e tratados por erros padrões robustos para todas as 6 regressões.

Diante à Tabela 2, nota-se que as áreas dos cursos de educação e de serviços não foram estatisticamente significantes na influência da variação do emprego por nível superior para o Brasil geral e, entre as áreas com significância, a Engenharia, Produção e Construção foi o de maior influência para o crescimento do nível de emprego formal superior.

Ao considerar que o programa tem como foco pessoas de famílias com baixa remuneração e estudantes de escolas públicas ou de escolas particulares com bolsa integral, bem como o ensino superior possui maior probabilidade de crescimento da renda (SACHSIDA, LOUREIRO e MENDONÇA, 2004), o programa possui chance de diminuir nível de pobreza de famílias pobres, aumentando a renda e oportunidades dessa população (GARCIA e HILLESHEIM, 2017; ZIMMERMANN e ESPÍNOLA, 2015; SILVEIRA e SCHNEIDER, 2017) e, em troca, aumentando a produtividade para o mercado de trabalho.

Quando observado a região Norte, apenas a área de Serviços apresentou significância estatística. Na região Nordeste, apenas as áreas Administração e Ciências Sociais, Negócio e direito foram as que apresentaram significância. O valor do PIB também não obteve significância estatística para explicar a variação do emprego formal de ensino superior, sendo a única região que este item não foi significativo.

Na região sudeste, destacam os cursos da área de serviços como os de maior influência para o crescimento do nível de emprego. Esta área está relacionada aos cursos de turismo, estética e de segurança. Na região Centro-Oeste, das áreas que apresentaram significância estatística, a Arquitetura e Construção Civil foi a que obteve resultados de maior influência para o emprego.

Para a região Sul, os cursos de área de Serviços e de Agricultura e Veterinária não obtiveram significância estatística para explicar a variação do emprego de nível superior. Das áreas que apresentaram significância, Arquitetura e Construção Civil foi a que obteve maior influência para a variação do emprego. Esta foi a única região também que obteve significância para os cursos da área de Ciências, Matemática e Computação, que consistem naqueles envolvidos com tecnologias.

Nota-se que a administração foi a área que obteve significância no Brasil como um todo e em todas as regiões brasileiras, exceto a Norte, revelando a importância da área gerencial para vários campos econômicos e sociais, considerando sua capacidade de trabalhar com recursos, sejam eles humanos, materiais, financeiros, para a geração de resultados.

A construção civil, sendo destacada pelas áreas Arquitetura, construção civil e da Engenharia da produção e construção, podendo ter tido relevância considerando o estímulo do Programa de Aceleração de Crescimento que iniciou no ano de 2007 e teve como principais eixos a infraestrutura, habitação, saneamento e avanços energéticos, cujas regiões que obtiveram maiores recursos encontram-se nas regiões Sul e Sudeste. Por sua vez, as grandes obras nas regiões Norte e Nordeste, como de construções de hidroelétricas, juntamente com as já mencionadas para as demais regiões, podem ter sido relevantes para o crescimento destas áreas da educação para o Brasil como um todo.

Este fato reforça a ideia de Myrdal (1963), com o estímulo do desenvolvimento em determinadas regiões pode elevar o nível de desigualdade entre elas. Além disso, reforça-se o fato que estes investimentos ocorreram em todas as regiões, embora com mais força em uma que em outra. Destaca-se, neste caso, como descrito por Sen (2012), a necessidade de tratar as regiões sobre medidas diferentes, visto as diferenças existentes entre elas e as necessidades que cada uma sofre.

Dentre estes resultados, cursos da área de Humanas foram significantes apenas para explicar a variação de emprego em 1 região e para o Brasil como todo. Além disso, quando verificado a proporção de alunos em ações afirmativas por raça, os resultados apresentaram significância apenas na região sudeste, para explicar a variação de emprego formal de nível superior. Por outro lado, o desenvolvimento humano, que inclui as condições sociais em sua composição possui impacto positivo para todas as regressões.

Após a realização das regressões, foram realizados os testes de médias para amostras independentes a fim de verificar algumas hipóteses, que podem ser observados na Tabela 3.

Após realizadas os testes de médias, a hipótese H1 foi validada, onde detectou crescimento do nível de emprego formal com nível superior completo nos municípios contemplados pelo programa, contudo, para criar associação com o programa, analisou a hipótese H2, que visava identificar maior variação em municípios contemplados, que pelos testes, tal hipótese foi refutada, uma vez que os valores médios de empregos com curso superior completo e incompleto foram menores em municípios contemplados pelo programa no período completo ou parcialmente.

Por outro lado identificou que nos municípios contemplados pelo programa, seja em apenas 1 ano ou no período completo, a variação média de emprego formal de nível médio foi superior que naqueles municípios não contemplados pelo programa. Esta variação pode ser consequência do estímulo por parte dos empresários em contratar mão-de-obra qualificada para cargos inferiores àqueles de formação e com salários inferiores. Enquanto nos municípios não contemplados em nenhum dos anos do período esta variação chegou à 6% do ano de 2006 à 2013, para os municípios contemplados em pelo menos 1 ano, a variação chegou à 9,3%. Para municípios que tiveram beneficiários no período completo esta variação chegou à 9,9%.

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Administração	0.009 (0.008)***	0.006 (0.005)	0.010 (0.005)**	0.009 (0.002)***	0.006 (0.002)***	0.007 (0.002)***
Agricultura e Veterinária	0.008 (0.003)***	0.049 (0.029)	0.019 (0.015)	0.006 (0.003)	0.003 (0.004)	0.006 (0.004)
C. Sociais, Negócios e Direito	0.013 (0.003)***	0.004 (0.009)	0.015 (0.006)**	0.002 (0.004)	0.007 (0.003)**	0.011 (0.004)***
Ciências, Mat. e computação	0.004 (0.002)**	0.005 (0.008)	0.001 (0.005)	-2.26 x 10 ⁻⁴ (0.003)	0.005 (0.003)**	0.010 (0.005)
Arq. e Const. civil	0.012 (0.003)***	0.011 (0.012)	0.007 (0.010)	0.015 (0.004)***	0.014 (0.004)***	0.015 (0.007)**
Educação	0.003 (0.002)	0.000 (0.008)	-0.000 (0.006)	0.002 (0.003)	0.008 (0.002)***	0.009 (0.004)**
Engenharia correlata	0.008 (0.003)***	0.004 (0.010)	0.006 (0.013)	0.007 (0.003)**	0.010 (0.004)***	0.005 (0.008)
Eng. produção e construção	0.014 (0.005)***	0.012 (0.017)	0.025 (0.021)	0.011 (0.005)**	0.014 (0.006)**	0.012 (0.009)
Humanidades e Artes	0.004 (0.002)***	0.007 (0.007)	0.004 (0.005)	0.004 (0.002)	0.005 (0.002)***	0.001 (0.003)
Saúde	0.008 (0.002)***	0.0130 (0.008)	0.070 (0.005)	0.003 (0.002)	0.005 (0.002)**	0.004 (0.003)
Serviços	0.009 (0.006)	0.028 (0.011)**	-0.001 (0.013)	0.026 (0.011)**	0.009 (0.005)	0.005 (0.008)
IFDM	0.271 (0.010)***	0.303 (0.039)***	0.410 (0.020)***	0.175 (0.012)***	0.102 (0.013)***	0.111 (0.018)***
PIB Per Capita	0.0002 (0.000)***	-0.007 (0.004)**	0.0003 (0.0002)	0.175 (0.011)***	0.0009 (0.0001)***	0.0004 (0.0002)**
Cotas	0.001 (0.001)	-0.007 (0.004)	0.002 (0.004)	0.0002 (0.000)***	0.0004 (0.002)	0.002 (0.002)
Constante	-0.051 (0.006)***	-0.054 (0.019)***	-0.070 (0.010)***	-0.014 (0.007)	0.031 (0.008)***	0.017 (0.010)

Notas: *** Significante à nível de 1%; **Significante à nível de 5%; Entre parênteses estão os termos de erro.
Fonte: Dados da pesquisa

Tais resultados podem ser vistos para Catani, Hey e Gilioli (2006) como causa da desvalorização da mão de obra devido ao excesso de pessoas graduadas, do processo produtivo do modelo de ensino superior, para atender à demanda social. Para os autores, se antes o ensino fundamental era suficiente para o ingresso no mercado de trabalho, com o passar dos anos a educação mais qualificada se tornou mais necessário e, como pode ser observado nestes resultados, o ensino de nível superior está tomando um caráter de necessidade básica para ingresso no mercado de trabalho que, muitas vezes, ocupações inferiores àquelas de formação.

Quanto à hipótese H3, que visava testar ao crescimento do emprego médio geral, foi validada, sendo maior destaque para os municípios que obtiveram beneficiários do ProUni em todos os anos do período de análise, sendo que nestes municípios o ano de 2013 chegou a empregar 3,9% a mais que o ano de 2006, enquanto nos municípios que não obtiveram beneficiários esta variação foi de 2,7%.

Estes resultados são confirmados por Saraiva e Nunes (2011) e por Felicetti, Cabrera e Morosini (2014) onde identificaram, por depoimento dos beneficiários, que o programa facilitou mecanismos de entrada no mercado de trabalho, propicia iniciativa empreendedora e favorece na melhoria de renda.

Tabela 3: Testes de médias de amostras independentes

PERÍODO PARCIAL					PERÍODO COMPLETO				
NC			Contemplados		NC			Contemplados	
Médio completo:	Obs.	Média	Obs.	Média	Médio completo:	Obs.	Média	Obs.	Média
2006	1107	0,331	3513	0,326	2006	1993	0,333	2627	0,330
2013	521	0,391	4194	0,419	2013	2061	0,398	2654	0,429
Diferença		-0,060***	-0,093***		Diferença		-0,075***	-0,099***	
NC			Contemplados		NC			Contemplados	
Superior incompleto:	Obs.	Média	Obs.	Média	Superior incompleto:	Obs.	Média	Obs.	Média
2006	1107	0,036	3513	0,031	2006	1993	0,035	3513	0,030
2013	521	0,030	4194	0,029	2013	2061	0,029	4194	0,029
Diferença		0,006***	0,002***		Diferença		0,006***	0,0003***	
NC			Contemplados		NC			Contemplados	
Superior Completo:	Obs.	Média	Obs.	Média	Superior Completo:	Obs.	Média	Obs.	Média
2006	1107	0,093	3513	0,091	2006	1993	0,094	3513	0,089
2013	521	0,192	4194	0,152	2013	2061	0,177	4194	0,140
Diferença		-0,099***	-0,061***		Diferença		-0,083***	-0,050***	
NC			Contemplados		NC			Contemplados	
Mestrado:	Obs.	Média	Obs.	Média	Mestrado:	Obs.	Média	Obs.	Média
2006	1107	0,0003	3513	0,0006	2006	1993	0,0003	3513	0,0006
2013	521	0,0017	4194	0,0019	2013	2061	0,0018	4194	0,0020
Diferença		-0,002***	-0,001***		Diferença		-0,002***	-0,001***	
NC			Contemplados		NC			Contemplados	
Doutorado	Obs.	Média	Obs.	Média	Doutorado	Obs.	Média	Obs.	Média
2006	1107	0,0001	3513	0,0002	2006	1993	0,0001	3513	0,0002
2013	521	0,0003	4194	0,0005	2013	2061	0,0005	4194	0,0005
Diferença		-0,0002**	0,0004***		Diferença		0,0004***	0,0003***	
NC			Contemplados		NC			Contemplados	
Emprego Geral	Obs.	Média	Obs.	Média	Emprego Geral	Obs.	Média	Obs.	Média
2006	1107	0,085	3513	0,128	2006	1993	0,092	3513	0,138
2013	521	0,113	4194	0,156	2013	2061	0,119	4194	0,176
Diferença		-0,027***	-0,028***		Diferença		-0,027***	-0,039***	

Notas: Período completo – quando o município em todos os anos do período de 2006 a 2013 teve algum beneficiário do ProUni; Período parcial – quando o município obteve algum beneficiário do ProUni em pelo menos 1 ano do período de análise; NC – Não contemplado. *** significante à 1%; ** significante à 5%.

Fonte: dados da pesquisa.

Diante os resultados e considerando os achados de Bezerra e Tassigny (2018) e Felicetti e Cabrera (2018), o programa possui uma importante relação no desenvolvimento humano do Brasil, redução da pobreza e estímulo para o aumento da renda dos beneficiários. Além disso,

considerando que o indivíduo com menor escolaridade possui menor possibilidade de investir em sua educação, seja pela falta de renda ou por não observar na educação um caminho para retorno do investimento (SACHSIDA, LOUREIRO e MENDONÇA, 2004), o programa desempenha um papel de abrir as portas da educação para esse público, possibilitando que obtenham retornos em emprego e renda.

Nesse sentido, nota-se que, apesar do ProUni ter como objetivo expandir o ensino superior e, indiretamente, melhorar as condições de vida desses beneficiários, seja pela oportunidade de ensino, seja pela possibilidade de se ingressar em melhores campos de trabalho e melhores remunerações, observou que o avanço do emprego nas áreas onde houve beneficiários do ProUni se deu para o nível médio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante os resultados apresentados, pode-se perceber que o ProUni possui relação com o nível de emprego dos municípios. Mais especificamente, a variação dos contemplados pelo programa possui relação com o nível de emprego do município.

Contudo, o trabalho não consegue explicar a variação do emprego com nível superior. Por outro lado, há grande estímulo ao crescimento de emprego de nível médio que, por sua vez, pode ser influenciado pela melhoria da qualificação profissional do município. Em outras palavras, nem sempre àqueles que concluem o nível superior adquirem empregos de sua formação superior, mas há estímulos para contratar esta mão-de-obra recém capacitada para ingressar em empregos para executar trabalhos correlatos àqueles de sua formação, mas com exigência de níveis inferiores de formação.

Nota-se ainda que as áreas dos cursos estão concentradas em regiões, como as de Engenharia que influenciam o crescimento apenas para as regiões Sudeste e Sul, assim como a Educação ser influente apenas para o crescimento do emprego de nível superior nos municípios da região Sul e Centro-Oeste.

Tais concentrações geram preocupações sobre a estratégia do governo na expansão do ensino superior no Brasil. Expandir para outras áreas cursos de base de crescimento tecnológico ou com grandes capacidades para agregar valores deve ser melhor debatido para expandir, além da educação, a capacidade produtiva brasileira.

Apesar das constatações, não se pode afirmar que o ProUni é o responsável por essas mudanças, uma vez que, associado ao programa, há instituições de ensino que entregam à sociedade mais indivíduos não beneficiários pelo programa que aqueles que foram beneficiários. Mas não se pode negar que o programa, ao possibilitar que o indivíduo com renda familiar baixa e que estudou em escolas públicas, facilita que este indivíduo ingresse no meio acadêmico e, por meio deste programa, ter maior chance de melhorar seu emprego. Considerando ainda tais resultados com outros estudos da área, nota-se que o programa tem grande importância para o avanço do emprego para os beneficiários.

Neste sentido, o programa tem grande valia para a sociedade e para a economia, uma vez que dá oportunidades que mais pessoas ingressem no curso superior e sejam capacitados para executar uma atividade. Contudo, o programa deve ser analisado ao ponto de criar estratégias políticas para expandir cursos que gerem valor econômico para regiões pouco exploradas e com grandes potenciais.

Ao notar o crescimento do emprego de nível médio, destaca a importância de rever como o programa está sendo executado. As críticas quanto ao processo de mercantilização do ensino superior e seu perfil produtivista, com crescimento do número de formandos, pode saturar o mercado de trabalho e diminuir as chances do indivíduo alcançar melhores empregos e salários.

Deve considerar ainda a necessidade do aumento da qualidade juntamente com o número de vagas disponíveis.

Assim sendo, o programa deve se atentar quanto às reais necessidades acadêmicas, considerando a qualidade dos cursos e dos formandos, sem esquecer das necessidades do mercado, a fim de não gerar insatisfação e desinteresse do aluno para possíveis saturações do mercado.

Apesar da finalidade deste estudo visar a importância do ProUni no mercado de trabalho para os beneficiários, não se deve ter prioridade o trabalho sobre a importância acadêmica, ou seja, o conhecimento, o crescimento educacional e a expansão das capacidades humanas devem ser valorizadas. O mercado de trabalho, neste sentido, deve ser tomada como uma característica secundária no processo de ensino. O estímulo à qualidade da educação deve ser primordial para que melhores pensadores e profissionais sejam formados.

Referências

AMARAL, D. P. D.; OLIVEIRA, F. B. D. O ProUni e a conclusão do ensino superior: questões introdutórias sobre os egressos do programa na zona oeste do Rio de Janeiro. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, 19, n. n. 70, 2011. 21-42. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362011000100003>>. Acesso em: 28 abr 2017.

ANDRADE, M. V. et al. Desigualdade socioeconômica no acesso aos serviços de Saúde no Brasil: Um estudo comparativo das regiões brasileiras em 1998 e 2008. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 4, out. / dez. 2013. 623 - 645. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-80502013000400005>>. Acesso em: 24 out. 2016.

BARREIRO, I. M. D. F.; TERRIBILI FILHO, A. Educação superior no período noturno no Brasil: políticas, intenções e omissões. **Ensaio: Avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, jan/mar 2007. 81-102. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362007000100006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 28 abr 2017.

BEZERRA, M. E. G.; TASSIGNY, M. M. A relação entre a política de financiamento estudantil e o desempenho dos estudantes de administração no Enade. **education policy analysis archives**, v. 26, n. 70, p. 1-32, jun 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3472>>. Acesso em: 10 ago 2018.

BULGACOV, Y. L. M. et al. Jovem empreendedor no Brasil: a busca do espaço da realização ou a fuga da exclusão? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 45, n. n. 3, maio/jun 2010. 695-720. Acesso em: 13 abr. 2017.

CAIDEN, G.; CARAVANTES, G. Reconsideração do conceito de desenvolvimento. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 16, n. 1, mar. 1982. 4-16. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/11454>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. **Microeconometrics using Stata**. Ann Arbor: Stata Press, 2009. 692 p.

CATANI, A. M.; HEY, A. P. A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E AS TENDÊNCIAS DAS POLÍTICAS DE AMPLIAÇÃO DO ACESSO. **ATOS DE PESQUISA**

- EM EDUCAÇÃO**, 2, n. nº 3, set./dez. 2007. 414-429. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/754>>. Acesso em: 29 abr. 2017.
- CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. D. S. P. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar em Revista**, Curitiba, 28, 2006. 125-140. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602006000200009>>. Acesso em: 29 abr. 2017.
- DEITOS, R. A.; LARA, A. M. D. B.; ZANARDINI, I. M. S. Política de educação profissional no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 985-1001, out./dez. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302015132445>>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- DINIZ, C. C. Repensando a questão regional brasileira: tendências, desafios e caminhos. Rio de Janeiro: Mauad: BNDES, v. 3, 2002. p. 239-274.
- FÁVERO, L. P. **Modelos de Regressão com EXCEL®, STATA® e SPSS®**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. 504 p.
- FELICETTI, V. L.; CABRERA, A. F. Acesso à Educação Superior: O ProUni em foco. **education policy analysis archives**, v. 26, n. 39, p. 1-22, mar 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3289>>. Acesso em: 10 ago 2018.
- FELICETTI, V. L.; CABRERA, A. F.; MOROSINI, M. C. Aluno ProUni: impacto na instituição de educação superior e na sociedade. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, 5, n. n. 3, 2014. 21-39. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S2007-2872\(14\)71951-1](https://doi.org/10.1016/S2007-2872(14)71951-1)>. Acesso em: 29 abr. 2017.
- GARCIA, A. V.; HILLESHEIM, J. Pobreza e desigualdades educacionais: uma análise com base nos Planos Nacionais de Educação e nos Planos Plurianuais Federais. **Educar em Revista**, Curitiba, v. Edição Especial n. 2, n. DOSSIÊ – DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E POBREZA, p. 131-147, set. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.51386>>. Acesso em: 10 ago 2018.
- GOMES, T.; TAVARES, A.; MORAIS, P. O ensino superior sob a ótica de alunos contemplados pelo ProUni. **Holos**, 28, n. n. 2, mar./abr. 2012. 206-224. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15628/holos.2012.910>>. Acesso em: 28 abr. 2017.
- GRINER, A.; SAMPAIO, L. M. B.; SAMPAIO, R. M. B. A política afirmativa "Argumento de Inclusão" como forma de acesso à universidade pública: o caso da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 49, n. 5, set./out. 2015. 1291-1317. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612123593>>. Acesso em: 28 abr. 2017.
- GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria Básica**. 5ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. 924 p.
- LIMA, J. R.; SOUSA, R. P. Análise comparativa de indicadores sociais no Brasil: 2003-2009. **Informe Gepec**, Toledo, v. 18, n. n. 2, Jul. / Dez. 2014. 86 - 102. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/7359>>. Acesso em: 24 out. 2016.

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. ProUni. **http:**
//siteprouni.mec.gov.br/tire_suas_duvidas.php#prouni_sisu, 2017. Disponível em:
<http://siteprouni.mec.gov.br/tire_suas_duvidas.php#prouni_sisu>. Acesso em: 29 abr. 2017.
- MYRDAL, G. **Economic Theory and Underdeveloped Region**. Londres: Methuen, 1963.
- OCDE. **Classificação internacional Eurostat/Unesco/OCDE: Manual de classificação**. MEC/INEP. Brasília, p. 63. 2009.
- OSPINA, D. E. R. Capital humano: una visión desde la teoría crítica. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 315–331, abr./jun. 2015. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.1590/1679-395114754>>. Acesso em: 10 ago 2018.
- REIS, M. Uma Análise da Transição dos Jovens Para o Primeiro Emprego no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, 69, n. n.1, jan/mar 2015. 125-143. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.5935/0034-7140.20150006>>. Acesso em: 13 abr 2017.
- SACHSIDA, A.; LOUREIRO, P. R. A.; MENDONÇA, M. J. C. D. Um Estudo Sobre Retorno em Escolaridade no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 249-265, ABR/JUN 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402004000200006>>. Acesso em: 10 ago 2018.
- SARAIVA, L. A. S.; NUNES, A. D. S. A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso do ProUni. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 45, n. n. 4, Ago 2011. 941-964. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122011000400003>>. Acesso em: 28 abr 2017.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 461 p.
- SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- SILVEIRA, A. D.; SCHNEIDER, G. Política educacional, pobreza e educação: retrato do atendimento aos estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família no Paraná. **Educar em Revista**, Curitiba, v. Edição Especial n. 2, n. DOSSIÊ - DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E POBREZA, p. 113-130, set. 2017. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.51391>>. Acesso em: 10 ago 2018.
- SOCAL, C. R. D. **O programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (PRONATEC) e o desafio da educação profissional baseada em valores**. Santa Cruz do Sul: (Dissertação de Mestrado em Direito) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2015.
- VIDIGAL, C. B. R.; VIDIGAL, V. G. Investimento na qualificação profissional: uma abordagem econômica sobre sua importância. **Human and Social Sciences**, Maringá, 34, n. n. 1, Jan-Jun 2012. 41-48. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.4025/actascihumansoc.v34i1.14181>>. Acesso em: 29 abr. 2017.
- ZIMMERMANN, C. R.; ESPÍNOLA, G. M. Programas sociais no Brasil: um estudo sobre o programa bolsa família no interior do nordeste brasileiro. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 73, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792015000100010>>. Acesso em: 10 ago 2018.